

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação das atividades do Senado Federal

Ano III - Nº 547 - Brasília, sexta-feira, 19 de setembro de 1997

Mãos Limpas ensina a brigar contra a corrupção

Dois procuradores que participaram da famosa ação da Justiça italiana dizem na CCJ que dois fatores são essenciais ao sucesso: Judiciário independente e indignação da sociedade



Os procuradores italianos (à direita) falam no Auditório Petrônio Portella sobre o combate à corrupção



A independência do Judiciário e a determinação da opinião pública de não mais aceitar os crimes de corrupção constituíram fatores essenciais para o sucesso da *Operação Mãos Limpas*. Esta opinião foi manifestada ontem pelos procuradores italianos Paulo Ielo e Piercamillo Davigo, em audiência pública promovida pela CCJ.

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, afirmou que a defesa da moralidade precisa ser a grande bandeira do Congresso Nacional. Bernardo Cabral apontou o redespertar da moralidade, enquanto Pedro Simon destacou que o Brasil está preocupado com a impunidade.

Página 3



A CAE se reuniu ontem sob a presidência de José Serra

Estados poderão fazer empréstimos

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) e o plenário do Senado aprovaram ontem autorizações para empréstimos a seis estados e um município. Páginas 2 e 5

Otoniel cobra recursos para a nova safra

PÁGINA 4

Brasil mais perto do Timor

Finalmente, o governo deixa de lado a omissão, afirma Suplicy. Página 6



TCU aponta 49 obras irregulares

Relatório foi entregue ao presidente da Comissão Mista de Orçamento, senador Ney Suassuna (foto). Página 8

Maranhão terá crédito de R\$ 34 milhões

Mais um governo de estado teve aprovada, ontem, autorização pelo plenário do Senado para tomar empréstimo junto à Caixa Econômica Federal, dentro do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados. O Maranhão poderá contratar uma operação de crédito com essa finalidade, no valor de R\$ 34,25 milhões.

PIAUI

Já o governo do Piauí recebeu autorização para firmar com a Caixa o refinanciamento de parcelas atrasadas dentro do mesmo programa de ajuste fiscal, o qual foi assinado em dezembro de 95.

Na mesma sessão, os senadores autorizaram o governo do Ceará a tomar empréstimo de US\$ 8,5 milhões junto à MLW, empresa do comércio exterior da Alemanha. O dinheiro será empregado na compra de equipamentos de ensino e pesquisa científica e tecnológica destinados ao aparelhamento das universidades estaduais e institutos de

pesquisas do Ceará.

Também recebeu aprovação um pedido do governo federal para tomar um financiamento de US\$ 25 milhões junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento.

Os recursos se destinam ao Programa Rede de Pesquisa e Desenvolvimento de Políticas Públicas, a ser executado pelo Ministério do Planejamento.

O governo do Rio Grande do Sul recebeu autorização para emitir letras estaduais, no valor de R\$ 12,4 milhões.

Os recursos serão destinados à liquidação da oitava, bem como da correção monetária relativa à sexta e sétima par-

celas, todas de precatórios judiciais.

MÉDICOS

A primeira hora da sessão do dia 14 de outubro será destinada a homenagear o Dia do Médico, conforme requerimento encabeçado pelo senador Sebastião Rocha (PDT-AP) aprovado ontem pelo plenário.

PROFESSORES

Já os discursos do início da sessão do dia seguinte, 15 de outubro, serão dedicados ao Dia do Professor. Requerimento com essa finalidade, da senadora Emília Fernandes (PDT-RS), foi aprovado pelos senadores.



Emília teve a iniciativa de comemorar o Dia do Professor

Teleconferência no dia 30 mostra como obter verbas sem qualquer intermediação

O Senado Federal, através do Instituto Legislativo Brasileiro (ILB), realiza no próximo dia 30, das 14h às 17h, a Segunda Teleconferência sobre Estratégias de Obtenção de Recursos Federais sem Intermediação de Terceiros. A conferência, sobre recursos na área de saúde, é dirigida a prefeitos, deputados estaduais, vereadores e servidores públicos das assembleias legislativas, das câmaras e prefeituras municipais.

A teleconferência, a ser

transmitida via Embratel, a partir da sede do Senado, poderá ser vista em *telões* instalados nos auditórios dos órgãos do Ministério da Fazenda nas capitais e nas principais cidades do país. O acesso à teleconferência também será possível nos locais providos de antena parabólica, através da sintonização do canal 6-A2, polarização horizontal, frequência 3930, Sistema LNA; e 6-A2, polarização horizontal, frequência 1220, Sistema LNB.

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães
1º Vice-Presidente: Geraldo Melo
2º Vice-Presidente: Júnia Marise
1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
2º Secretário: Carlos Patrocínio
3º Secretário: Flaviano Melo
4º Secretário: Lucídio Portella
Suplentes de Secretário: Emília Fernandes - Lúdio Coelho
 Joel de Holanda - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

Diretor da Sec. de Comunicação Social – Fernando Cesar Mesquita
Diretor de Divulgação e Integração – Helival Rios
Diretor do Jornal do Senado – Flávio de Mattos
Diretor da Agência Senado – José do Carmo Andrade
Editores – Djálba Lima, Edson de Almeida, José Humberto Marcuso e Luiz Augusto Gollo
Repórteres da Agência Senado – Eli Teixeira, Teresa Cardoso, Suelly Bastos, Rita Nardelli, Lúcio Leal, Domingos Mourão, Monica Cocus, Gilberto Campos, Graça Henriques, Paulo Henrique Bezerra, Jorge Frederico, Antonio Carabalo, Bernadete Barboza, Rafael Paixão, Alessandra Rocha, Fábio Lino, Anhouse Silveira, Márcia Magalhães e Beatriz Mendonça
Diagramação – Sérgio Luiz, Wesley Carvalho e Osmar Miranda
Fotos – Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento, Jane Araújo e Roosevelt Pinheiro
Revisão – Lindolfo Amaral, Fernando Varela e João Ribeiro

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 15º e 16º andares, CEP 70165-920 - Telefone: 0800-612211
Fax: (061) 311-3137 - Brasília - DF

Veja no Diário do Senado a íntegra dos projetos e pronunciamentos citados.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

O material jornalístico produzido pela Agência Senado é também distribuído na Internet, no STM-400 da Embratel e para 110 veículos de comunicação em todo o País.

www.senado.gov.br

Agenda do Dia

PLENÁRIO

9h - Sessão Não Deliberativa do Senado

PREVISÃO DE TRABALHOS

PLENÁRIO

Segunda-feira (22.09.97)

14h30 - Sessão Não Deliberativa do Senado

Terça-feira (23.09.97)

14h30 - Sessão Deliberativa do Senado

Pauta: O tempo destinado aos oradores da Hora do Expediente será dedicado a comemorar a abertura da Semana Nacional do Jovem, criada pela Lei nº 8.680/93, e a homenagear o Instituto Internacional da Juventude para o Desenvolvimento
 Oradores inscritos: Valmir Campelo, Benedita da Silva e Francolino Pereira.

Ordem do Dia: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: Votação em primeiro turno da PEC nº 33/96 (tramitando em conjunto com a PEC nº 14/96), que modifica o sistema de previdência social e estabelece normas de transição; PEC nº 14/96 (tramitando em conjunto com a PEC nº 33/96), que modifica o sistema de previdência social instituindo o regime básico unificado, dispõe sobre regime complementar público e privado e estabelece normas de transição no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias; e discussão em turno único do "PLS nº 20/95, que institui o Programa Nacional de Reflorestamento de Encostas, a cargo do Ibama; do "PLC nº 22/96, que altera o art. 2º da Lei nº 8.501/92, que dispõe sobre a utilização de cadáver não reclamado para fins de estudos ou pesquisas científicas; e "PLS nº 319/95, que cria o Comitê de Gestão dos Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.

Quarta-feira (24.09.97)

14h30 - Sessão Deliberativa do Senado

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: Discussão em turno único do "PLC nº 175/97, que dispõe sobre o endosso de cheques; e "PLS nº 176/97, que dispõe sobre a gestão das entidades fechadas de previdência privada.

Quinta-feira (25.09.97)

14h30 - Sessão Deliberativa do Senado

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: Discussão em turno único do "PLC nº 23/97, que acrescenta parágrafo ao art. 2º do Decreto-Lei nº 2.236/85, que altera a tabela de emolumentos e taxas aprovada pelo art. 131 da Lei nº 6.815/80, e "Parecer nº 442/97, sobre a Indicação nº 8/95, de autoria do senador José Agripino, que solicita estudos visando à instalação do Sistema de Transmissão Venezuela-Brasil de utilização de energia, concluindo favoravelmente à execução e ao caráter urgente da referida obra.

Sexta-feira (26.09.97)

9h - Sessão Não Deliberativa do Senado

COMISSÕES

Quarta-feira (24.09.97)

10h - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: PEC nº 46/95, que dispõe sobre o tratamento tributário dispensado aos produtos integrantes da cesta básica; PEC nº 6/96, que torna o voto facultativo; PEC nº 52/95, que suprime o parágrafo 3º do art. 199 da Constituição federal, que veda a participação de empresas ou capitais estrangeiros na assistência à saúde no país; PEC nº 24/96, que atribui competência legislativa concorrente à União, estados e Distrito Federal em matéria de Direito Penal e Processual Penal; PEC nº 58/95, que fixa o princípio da coincidência geral dos pleitos eleitorais; e PEC nº 12/96, que cria Tribunais Regionais Federais. Sala 03 - Ala Senador Alexandre Costa

10h - Comissão de Assuntos Sociais

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: "PLS nº 66/96 (terminativo), que dispõe sobre a utilização, pelos usuários, das portas dianteira e traseira dos ônibus urbanos; "PLS nº 32/97 (terminativo), que dispõe sobre o tratamento medicamentoso da dor em pacientes portadores de neoplasias comprovadas, por meio de entorpecentes; e "PLS nº 83/95 (terminativo), que dispõe sobre o enquadramento dos juizes classistas temporários, como segurados, no regime geral da Previdência Social. Sala 09 - Ala Senador Alexandre Costa

MÃOS LIMPAS NO BRASIL

Procuradores italianos ensinam combate à corrupção

O procurador italiano Paolo Ielo disse ontem, na audiência pública da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) sobre a *Operação Mãos Limpas*, que o conceito forte da autonomia do Judiciário foi essencial para o combate à corrupção na Itália.

Ielo explicou que, na Itália, a atitude independente dos magistrados não entra em conflito com a democracia, porque a lei romana é o fundamento da democracia e o Legislativo pode fiscalizar os atos do Judiciário e mudar a legislação, se achar conveniente. Lá, juízes e procuradores são ligados, o que permitiu ao Ministério Público assumir a chefia das investigações, acelerando os processos.

Outro ponto importante para o sucesso da *Operação Mãos Limpas* abordado pelo procurador foi a vinculação da Polícia Judiciária ao Ministério Público. Para Paolo Ielo, a disponibilidade desse órgão policial traz grandes resulta-

dos para os processos criminais, principalmente por meio da investigação patrimonial e das escutas telefônicas.

Também procurador, Piercamillo Davigo, um dos quatro do pool original da *Operação Mãos Limpas*, considerou que, além da independência do Judiciário e da união entre a Polícia Judiciária e o Ministério Público, fatores políticos, sociais e econômicos contribuíram para o sucesso do combate à corrupção na Itália.

Davigo assinalou que uma

das condições essenciais para o êxito da operação foi a determinação da opinião pública de não aceitar mais os crimes de corrupção. A seu ver, o catalisador da revolta da sociedade foi a verdade, pois os fatos eram tão fortes que "falavam por si próprios".

Ele salientou também na luta contra a impunidade o entendimento da classe dirigente italiana - empresários, políticos, administradores públicos - de que não há outra alternativa senão o combate à corrupção.

Piercamillo Davigo disse ainda que, para sobreviver a um mundo globalizado, os setores público e privado devem buscar a maior eficiência possível e, a seu ver, a corrupção é incompatível com a eficiência.

Atualmente, para analisar a possibilidade de bons investimentos em algum país, as empresas consideram primeiro se o sistema judiciário daquele país é eficiente, pois assim saberão se poderão concorrer em níveis de igualdade, concluiu o procurador italiano.



Antonio Carlos preside a abertura da audiência pública com procuradores italianos no auditório

Cabral quer corresponder aos anseios da sociedade

O presidente da CCJ, senador Bernardo Cabral (PFL-AM), acredita que os parlamentares devem estar inspirados pela convicção de que a sociedade não os dispensa de cumprir o mandato que lhes foi delegado, e nem lhes perdoa qualquer omissão.

Nós, senadores, como representantes dos estados da Federação, e os deputados, representantes do povo brasileiro, eleitos para encarnar, no cotidiano do debate político e do processo parlamentar, o estado democrático de direito na feita das leis e na fiscalização dos atos de governo, temos por norte a lei e por bússola a retidão.

Cabral lembrou as investigações rigorosas que conduziram ao impedimento de um

presidente da República, à cassação de mandatos parlamentares e à apuração de processos duvidosos com títulos públicos.

Ele disse também que o fim de século assiste ao despertar da sensibilidade social e institucional para os valores da moralidade e do respeito ao interesse público.

Para Bernardo Cabral, a *Operação Mãos Limpas* mostrou uma dupla realidade: o elevado grau de corrupção do povo com a criminalidade, sobretudo a do "colarinho branco", e com a impunidade que a protegeu durante décadas, e a capacidade de reação de um poder do Estado, assumindo a responsabilidade pública de realizar "inédita ação saneadora".

Simon espera agregar algo da experiência italiana

"O Brasil precisa da experiência italiana na *Operação Mãos Limpas* para agregá-la à sua própria experiência e buscar aprimorar-se na apuração de casos de corrupção", afirmou o senador Pedro Simon (PDMB-RS), autor da proposta de convidar os procuradores.

A preocupação do Brasil é com a impunidade. Não é falta de interesse, a questão não é que o Brasil não queira chegar lá. Mas algumas coisas devem ser feitas - salientou.

Simon elogiou a rapidez com que, na *Operação Mãos Limpas*, denúncias foram investigadas e pessoas foram processadas e condenadas. Ele lembrou que ex-primeiros-ministros e

parlamentares italianos foram processados, políticos e empresários foram "parar na cadeia" e dinheiro desviado retornou aos cofres públicos.

O senador criticou o fato de que, no Brasil, durante a fase policial de investigações - quando há mais provas - não estejam presentes o juiz, o promotor ou o procurador e disse ser autor de projeto de lei para corrigir essa distorção.

Pedro Simon elogiou a colaboração do presidente do Senado para a realização da audiência pública com os procuradores e disse esperar deles uma orientação sobre o que fizeram e como trabalharam na apuração dos casos de corrupção na Itália.

Defesa da moralidade é a bandeira, diz ACM

A defesa da moralidade e o combate à corrupção, pública e privada, precisam ser a grande bandeira do Congresso Nacional, que, para fiscalizar com autoridade, deve começar dando o exemplo, com a punição dos maus parlamentares. A afirmação é do presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, na abertura da audiência pública da CCJ com os dois procuradores italianos da *Operação Mãos Limpas*.

O Ministério Público italiano já prendeu, desde 92, centenas de políticos e empresários, recuperando bilhões de dólares para os cofres públicos do país.

Diante da assistência, constituída de parlamentares, representantes do Judiciário e do Ministério Público e estudantes de Direito, além do embaixador da Itália e do ministro-chefe do Gabinete Militar da Presidência da República, Antonio Carlos pediu um esforço permanente e intransigente na promoção da moralidade pública e na repressão da corrupção, porque "a imoralidade pública é claramente contagiosa".

"O êxito de qualquer administração passa pela moralidade pública", disse. Onde falta a moralidade pública, ressaltou, "nada é feito e nada se constrói". A corrupção "começa em cima e corrói todo o tecido da administração. O Senado está vivendo o momento nacional e quer contribuir para seu aprimoramento", acrescentou.

Ele garantiu que "esta é uma bandeira que vamos levar em frente, mesmo que isso prejudique parlamentares". No entender do senador, "os exemplos têm que começar em casa, para que sejam seguidos pela nação".

"Nada seria mais inoportuno para o Brasil que ver a nossa já deficitária balança comercial onerada também pela importação de grãos", alerta senador, diante do atraso na disponibilidade de financiamento para a produção

Otoniel: falta de recursos prejudica safra

O senador Otoniel Machado (PMDB-GO) declarou ontem que os R\$12 bilhões que o governo destinou ao financiamento da produção e da comercialização da próxima safra agrícola ainda não foram colocados à disposição dos agricultores brasileiros.

Conforme o parlamentar, esse fato já está criando dificuldades para aqueles que, confiantes nas propostas oficiais, despenderam recursos próprios no preparo da terra e na aquisição de insumos. E informou que, caso não sejam aceleradas providências para liberar esse financiamento, os números da safra agrícola brasileira podem ficar seriamente comprometidos.

"Nada seria mais inoportu-



Otoniel: prejuízo incalculável

no para o Brasil que ver a nossa já deficitária balança comercial onerada também pela importação de grãos", alertou o parlamentar.

O senador explicou que o calendário agrícola não pode esperar pelo calendário fiscal e que a época de plantio não depende da vontade do produ-

tor e nem dos agentes financeiros.

PREJUÍZOS

Segundo Otoniel Machado, a negligência nesse assunto representa um prejuízo incalculável ao setor agrícola e conseqüentemente ao país. Ele lembrou que, além das decorências econômicas, não se podem esquecer as decorências sociais, "muitas vezes suficientemente trágicas e de difícil recuperação".

Argumentando que a agricultura não pode ser conduzida por ações meramente emergenciais e que o campo não deve ser visto como uma simples experiência econômica, o senador defendeu uma sólida e confiável política governamental para este setor.



Tuma: natureza saqueada

Tuma pede a governos combate à biopirataria

O senador Romeu Tuma (PFL-SP) alertou ontem para a necessidade de os governos federal, estaduais e municipais terem uma postura mais comprometida com a defesa dos recursos nacionais e combaterem a biopirataria.

Baseando-se em relatório da Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE), o senador Romeu Tuma defendeu a criação de uma infra-estrutura adequada às tarefas de fiscalização do Ibama; a aprovação, pelo Congresso, de leis que preservem os direitos das populações indígenas portadoras de conhecimento sobre a biodiversidade amazônica; o incentivo às pesquisas científicas e às técnicas de manejo florestal; e a realização de campanhas nacionais de esclarecimento pelos meios de comunicação.

Conforme a Secretaria de Assuntos Estratégicos, destacou o senador Romeu Tuma, a Amazônia está submetida a contrabando, extração ilegal, falsificação de guias de importações e compra irregular de áreas da floresta por grupos estrangeiros.

Ao invés de meio milhão de hectares, como as empresas madeireiras declararam ao Ibama, elas detêm a posse de quase 2 milhões de hectares, segundo verificou a SAE.

Jáder prega saída para a questão fundiária

O senador Jáder Barbalho (PMDB-PA) registrou ontem que "o próprio Executivo reconhece que o Congresso esgotou a pauta legislativa sobre a questão fundiária e já ofereceu ao governo todos os instrumentos legais para promover a reforma agrária no país".

Esse reconhecimento ao trabalho do Legislativo sobre o assunto, conforme o senador, foi feito pelo ministro da Reforma Agrária, Raul Jungmann, e pelo presidente da República



Jáder: Congresso fez o que devia na manhã de ontem, no Palácio do Planalto, com o lançamento de um programa de reforma agrária denominado

Casulo, que permitirá a descentralização da reforma, e de um censo sobre assentamentos.

- Quero festejar, como membro do Legislativo, o reconhecimento por parte do Executivo, esperando que o presidente da República e o ministro da Reforma Agrária, Raul Jungmann, tenham melhor sucesso e possam, na paz e na ordem, encontrar uma saída para a questão fundiária no Brasil - disse.

Projeto de Flaviano será votado na terça

O plenário votará na próxima terça-feira, em turno suplementar, projeto de Flaviano Melo (PMDB-AC) que busca acelerar o processo de reforma agrária. Ontem, Osmar Dias (PSDB-PR), relator da matéria, manifestou-se favorável a quatro emendas apresentadas à proposta, após a votação de primeiro turno.

Osmar concordou em fixar em 150 dias o prazo para que a Justiça não possa levar em consideração qualquer mudança de titulação ou exploração depois que o Incra fizer vistoria de uma fazenda, com a finalidade de verificar a possibilidade de sua desapropriação



Flaviano: reforma agrária já para reforma agrária. O projeto original fixava esse prazo em 24 meses e, no primeiro turno, prevaleceu o prazo de 90 dias.

O objetivo do prazo é impedir que o dono da propriedade divida e venda a fazenda ou faça investimentos para que

ela saia da condição de improdutiva e passe a ser produtiva, fugindo da desapropriação pelo Incra.

Durante discussão em plenário, Osmar concordou com argumentos de Flaviano e aceitou emenda, de autoria de José Eduardo Dutra (PT-SE), que passa a considerar como produtiva a fazenda que, atendendo aos requisitos da função social, atinge graus de utilização e de eficiência fixados pelo Incra. Dutra argumentou que hoje uma terra não pode ser desapropriada se for produtiva, apesar de não cumprir função social, como manda o artigo 184 da Constituição.



Maldaner: CCJ de parabéns

Mãos Limpas agrada a Maldaner

O senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) elogiou ontem a audiência pública promovida pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado (CCJ) com a participação de procuradores italianos responsáveis pela Operação Mãos Limpas desenvolvida na Itália com o objetivo de coibir a corrupção naquele país.

- Não poderia deixar de elogiar essa iniciativa pelo ato de coragem adotado pela CCJ, e quero exaltar também o nosso reconhecimento ao senador Pedro Simon pela idéia, que, para o engrandecimento da sociedade, foi em boa hora acolhida pelo presidente da comissão, senador Bernardo Cabral (PFL-AM) - disse Maldaner.

Após lembrar o trabalho realizado pela Comissão de Obras Inacabadas, da qual foi o relator, que constatou inúmeras irregularidades em centenas de obras públicas federais, o senador Casildo Maldaner disse que quando o Brasil tiver condições de adotar a cruzada mãos limpas os preços cairão pela metade porque as obras deixarão de ser superfaturadas".

À exceção de matérias financeiras, a reforma da Previdência e outras questões importantes sofreram adiamento de apreciação

Lei Eleitoral praticamente monopolizou a semana

A discussão e votação da nova Lei Eleitoral, aprovada quarta-feira, mobilizou o plenário durante a semana, terminando por adiar a votação de outras matérias importantes, como a reforma da Previdência, que ficou para a próxima terça-feira.

Para o mesmo dia foi marcada a votação, em turno suplementar, do projeto que regulamentava dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária. Já a apreciação de

projetos sobre a comercialização de produtos em embalagens reutilizáveis ficou para a próxima quarta-feira.

Além da Lei Eleitoral, o Senado aprovou também, durante esta semana, sete autorizações de emissão de títulos públicos e contratação de operações de crédito externo, inclusive uma no valor de US\$ 25 milhões, entre a União e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), para financiamento do programa

Rede de Pesquisa e Desenvolvimento de Políticas Públicas, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, (Ipea), do Ministério do Planejamento.

No total, dezesseis itens foram apreciados no período das sessões destinadas à Ordem do Dia, esta semana. Somente durante a votação de uma dessas matérias - a Lei Eleitoral - foram realizadas nove votações nominais, para que o plenário decidisse sobre as emendas destacadas.

Já está na Câmara o texto de Alcântara

O projeto de Lei Eleitoral aprovado quarta-feira pelo plenário seguiu ontem para a Câmara dos Deputados, por ter sofrido modificação no Senado, que acolheu quase na íntegra o parecer do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE). Entre as mudanças está o financiamento das campanhas, que será feito pela iniciativa privada, e não com recursos públicos, além da determinação de que os votos em branco também são válidos para a quantificação do coeficiente eleitoral nas eleições proporcionais.

O relator do projeto da

nova Lei Eleitoral explicou que princípios éticos e democráticos inspiraram seu parecer sobre a matéria. Em pronunciamento ao plenário, antes da votação, Alcântara afirmou que "essa lei tem a pretensão de não ser só para 1998".

- Ela é um passo que se dá para a estabilidade das regras eleitorais - assinalou.

O relator lembrou que várias questões suscitaram debate, como o financiamento público das campanhas, a possibilidade de os governantes candidatos à reeleição participarem de inaugurações de obras e a forma de distribui-

ção e utilização do horário gratuito de propaganda eleitoral no rádio e na televisão.

O senador disse compreender as críticas e restrições que têm sido feitas ao seu trabalho, mas lembrou que "a ninguém é dado o monopólio da verdade".

Alcântara informou que, durante as fases de apreciação da matéria na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e no plenário, foram apresentadas 170 emendas.

Ele esclareceu ter acatado 65 delas - 33 das quais parcialmente - e rejeitado 103 outras (duas foram retiradas).



Na reunião de ontem, a comissão examinou e acolheu vários pedidos

CAE aprova empréstimos a três estados

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), presidida pelo senador José Serra (PSDB-SP), aprovou ontem pareceres favoráveis a pedidos de autorização para a contratação de empréstimos pelos estados de Minas Gerais, Mato Grosso e Sergipe e pelo município de Piracicaba (SP). As matérias serão submetidas à deliberação do plenário.

Três solicitações foram feitas pelo governo de Minas Gerais e relatadas pelo senador Francellino Pereira (PFL-MG), no total de R\$ 19,57 milhões.

Por sua vez, o governo de Mato Grosso deverá fazer empréstimo de até US\$ 55,4 milhões para o Programa de Perenização de Travessias do Estado. A matéria foi relatada

pelo senador Carlos Bezerra (PMDB-MT).

O governo de Sergipe pretende crédito de R\$ 50 milhões para seu Programa de Desligamento Voluntário. O relator da proposta foi o senador José Roberto Arruda (PSDB-DF).

A prefeitura de Piracicaba (SP) teve aprovados dois pedidos de autorização para tomar empréstimo, nos valores de R\$ 1,2 milhão e R\$ 490 mil, respectivamente. Os recursos serão utilizados na garantia de operação de crédito a ser contratada pelo Serviço Municipal de Água e Esgoto (Semae), junto ao Banco do Estado de São Paulo S/A. As duas matérias foram relatadas pelo senador José Serra (PSDB-SP).

Dutra acha estranha a parceria da Petrobrás

O senador José Eduardo Dutra (PT-SE) anunciou ontem que pedirá ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) que esclareça o contrato assinado pela Petrobrás com empresas privadas para a criação da Companhia Nacional de Produtos Petroquímicos.

Dutra disse que pelo acordo firmado com a Elekeiroz (Itaú), Ultramar Participações (Ultra) e OPP-Petroquímica (Odebrecht), a Petrobrás não pode associar-se a outro grupo para realizar investimentos no setor petroquímico, porque terá de oferecer o negócio, nas mesmas condições, primeiramente aos seus parceiros, expli-



Dutra: sócios privilegiados

cou.

Ele salientou que alguns dos mesmos grupos que "altruisticamente" empenharam esforços e recursos para tirar o Estado do setor agora "demonstram um espírito de coletividade sem igual ao comprometer, em prol do Brasil, seus patrimônios com esse parceiro ineficiente e perdulário".

Previdência volta à Ordem do Dia na próxima terça

Em linhas gerais, a reforma da Previdência, que deve ser examinada terça-feira, introduz no país a idade mínima para aposentadoria (60 anos para homem e 55 para mulher), acaba com a aposentadoria proporcional para servidores públicos e cria um redutor de até 30% nos proventos de funcionários públicos que se aposentem.

O plenário procederá à votação em primeiro turno da reforma, que deveria ter sido votada dia 17, mas foi adiada por-



Beni Veras: de volta à pauta que a votação da Lei Eleitoral se estendeu até a tarde daquele dia.

O substitutivo do senador Beni Veras (PSDB-CE) prevê uma fase intermediária para

quem já contribuiu para o INSS ou é servidor, estabelecendo um aumento de 20% no tempo que falta para que o pedido de aposentadoria possa ser aceito. Nessa fase intermediária, a idade mínima será de 53 anos para homens e 48 para mulheres, desde que comprovem 35 anos de contribuição (homem) e 30 anos para mulher.

Os senadores apresentaram dezenas de destaques para a votação de plenário, em primeiro turno.

Pronunciamentos de Fernando Henrique e do ministro Raul Jungmann foram levados ao conhecimento do presidente do Senado durante a sessão de ontem, provocando a reação

ACM agradece elogios e diz que Executivo faz justiça ao Legislativo

O ministro da Reforma Agrária e o presidente da República estão fazendo justiça ao Congresso Nacional, afirmou ontem o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, ao agradecer o senador Jäder Barbalho (PMDB-PA) "por ter trazido ao conhecimento do plenário, e sobretudo do país", os elogios feitos pelo Executivo ao Poder Legislativo.

Após salientar que os pronunciamentos do presidente Fernando Henrique Cardoso e do ministro Raul Jungmann refletem um reconhecimento ao Congresso Nacional neste momento em que tanto se discute o problema da reforma agrária, Antonio Carlos acentuou que "esse reconhecimento tem de ser bem traduzido perante a opinião pública e festejado entre nós pela grande colaboração que estamos dando ao Executivo".

- Quando sair do Executivo qualquer crítica em relação a isso, a nação já saberá que não é nossa responsabilidade - concluiu o presidente do Senado.

FAVORITISMO

O senador Antonio Carlos



Fontana (D) e assessor da Transbrasil mostram as estatísticas a ACM

Magalhães disse que a principal conclusão a ser tirada da última pesquisa de opinião para as eleições presidenciais é a

Antonio Carlos espera que os deputados não façam grandes mudanças na Lei Eleitoral: "Não há interesse em mudar o que está bom"

confirmação do favoritismo do presidente Fernando Henrique Cardoso. Ele considera prematuras considerações sobre a tendência apurada, segundo a qual o presidente não conseguiria a reeleição no primeiro turno.

- Falar sobre isso seria prática de profecia, muito perigosa.

Hoje não se pode falar nada, a não ser do favoritismo de Fernando Henrique, que a pesquisa salienta - afirmou.

LEI ELEITORAL

Antonio Carlos disse esperar que a Câmara dos Deputados preserve o projeto de Lei Eleitoral aprovado pelos senadores. Na sua avaliação, o Senado fez "um bom trabalho" e melhorou o texto.

Depois de ressaltar o respei-

to à "independência" entre as duas Casas do Congresso Nacional, Antonio Carlos reafirmou sua expectativa de que os deputados não façam grandes mudanças no projeto aprovado no Senado, pois "não há interesse em piorar o que está bom".

TRANSBRASIL

O presidente do Senado recebeu

também ontem, em audiência, para uma visita de cortesia, o fundador e presidente da Transbrasil, Omar Fontana.

O empresário levou estatísticas que demonstram o alto índice de aproveitamento dos vôos da companhia para a Europa - Londres e Amsterdã - a partir dos aeroportos internacionais de Salvador, Recife e Fortaleza.

Fontana disse que a empresa solicitou aumento da frequência ao Ministério da Aeronáutica, para voar à Europa a partir do Nordeste, diariamente.



Rocha: boa notícia em Macapá

Rocha anuncia salários no Amapá

O senador Sebastião Rocha (PDT-AP) informou ontem que os 4.080 servidores do Amapá, ex-funcionários da união, com salários retidos desde a liquidação do Banco do Estado (Banap), receberão segunda-feira. O dinheiro será depositado no Banco do Brasil no final da semana, conforme comunicação do Banco Central.

Rocha pediu que fosse registrada nos Anais do Senado a cópia de um segundo certificado de depósito, "no qual consta o nome do ex-senador pelo estado do Amapá Henrique do Rego Almeida como representante das empresas que se diziam proprietárias das terras em Mato Grosso e que pediram a guarda dos documentos no Banap, para posterior emissão de certificados de depósitos". Para ele, "este é um indício forte de que as terras em Mato Grosso eram de propriedade do ex-senador ou da empresa de seu irmão, a C.R. Almeida".

O senador informou que neste final de semana visitará o Vale do Jari "levando uma boa notícia para a região". Trata-se da disposição do BNDES de emprestar R\$ 50 milhões à Jari Celulose, o que permitiria à empresa superar suas atuais dificuldades.

Suplicy vê Brasil mais perto do Timor

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) disse ontem que finalmente o governo federal adotou postura mais afirmativa em defesa da causa de autodeterminação do povo do Timor Leste. Na sua opinião, o apoio é recente, já que "desde a ocupação pela Indonésia o governo brasileiro tem-se caracterizado pela omissão, acompanhando a linha seguida pelas grandes potências".

Suplicy se referiu aos encontros que teve no Itamaraty com o ministro Luiz Felipe Lampraia, o embaixador Ivan Canabrava, subsecretário-geral de Assuntos Políticos, e o diretor do Departamento de Direitos Humanos, Marco Antonio Diniz Brandão.

De acordo com o senador,

durante visita à capital timorense, Dili, o embaixador Ivan Canabrava, ao constatar a existência de tropas indonésias regulares e de milícias locais, reivindicou ao governo indonésio a redução da presença militar na região e a maior autonomia e participação do povo do Timor.

Outra reivindicação do embaixador, salientou Suplicy, foi que seja reintroduzida a língua portuguesa nos currículos das escolas públicas. O governo brasileiro fez ainda, conforme o senador, proposta de cooperação nas áreas de comércio, meio ambiente e educação ao Timor Leste. Assinado o acordo, o Brasil dará bolsas de estudo a timorenses,

para os níveis de graduação e pós-graduação.

Preocupado com o acesso dos brasileiros às informações relativas aos problemas do Timor, Suplicy parabenizou o *Jornal da Tarde* e *O Estado de S. Paulo* por terem "abraçado a

O senador aplaudiu a autorização do governo do Distrito Federal para a instalação do escritório de representação timorense em Brasília

causa da autodeterminação daquele povo".

Ele também destacou a iniciativa da Rádio Eldorado de transmitir duas vezes por semana, durante noticiário regular, a palavra de José Ramos Horta, Prêmio Nobel da Paz de 1997.

Suplicy também considerou relevante a decisão do governador do Distrito Federal, Cristovam Buarque, de autorizar o funcionamento de um escritório de representação do Timor Leste em Brasília e a iniciativa da Câmara dos Deputados de criar o Grupo Parlamentar Pró-Timor Leste.

Em aparte, a senadora Benedita da Silva (PT-RJ) cumprimentou Suplicy por haver trazido mais uma vez à tribuna os problemas vividos no Timor e defendeu a necessidade de apoio a seu povo. O senador Ney Suassuna (PMDB-PB) também se solidarizou com Suplicy e disse que apreciou a postura do governo diante da causa.

Senadores consideram descortês atitude do ministro das Comunicações de se recusar a com eles dialogar

Ronaldo e Suplicy explicam incidente com Sérgio Motta

"Não entendo a falta de lha-zeza do ministro para com dois senadores", disse ontem Ronaldo Cunha Lima (PMDB-PB), após a leitura da carta em que o ministro das Comunicações, Sérgio Motta, garantia não ter destruído a ele e a Eduardo Suplicy (PT-SP), quando se recusou a recebê-los na quarta-feira para tratar da greve nos Correios.

Ao narrar o encontro com Sérgio Motta, Ronaldo contou que Suplicy chegou a dizer ao ministro que pedira aos grevistas que cercavam sua casa, em São Paulo, que dali se retirassem. Ao que o ministro teria retrucado: "O sr. não



Ronaldo: grevistas se excederam manda em nada". Ronaldo disse até compreender o estado emocional do ministro diante dos constrangimentos que sua família estava enfrentando, e classificou essa atitude dos grevistas como "reprovável e condenável".

Já Suplicy disse que conheceu Sérgio Motta desde 1961.



Suplicy: longo conhecimento Ele informou que, ao longo desses 36 anos, sempre o tratou com cortesia, mesmo quando discordavam.

- Ele não me estendeu a mão nem para me dar boa-tarde. E fechou a porta do elevador no rosto de dois senadores. É algo que, espero, ele não faça mais - frisou Suplicy.

ACM considera caso encerrado

"Todos cumprimos com os nossos deveres", disse ontem o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, ao final da leitura da carta que o ministro das Comunicações, Sérgio Motta, lhe enviou esclarecendo o episódio em que se recusou a receber os senadores Eduardo Suplicy e Ronaldo Cunha Lima.

Conforme o relato dos dois senadores, Sérgio Motta os encontrou no saguão do ministério e se recusou a conversar, dizendo simplesmente: "Não falo com os se-

nhores, não trato com os senhores".

Antonio Carlos disse ter levado o assunto às autoridades competentes, tendo recebido ontem uma carta do ministro. Nela, Sérgio Motta disse que foi "extremamente cortês" com os senadores, tendo inclusive se dirigido a Ronaldo Cunha Lima para se desculpar por não poder recebê-los.

Afirmou ter-se despedido dos dois parlamentares com renovados pedidos de desculpas e comunicado que qualquer negociação sobre a greve

estava suspensa, visto que sua casa, em São Paulo, tinha sido cercada por grevistas.

Encerrada a leitura da carta, Ronaldo e Suplicy voltaram a falar, para lamentar o cerco à casa do ministro e sustentar que o importante é chegar-se a uma solução efetiva para o fim dessa greve.

Antonio Carlos elogiou a atuação dos senadores que foram tentar resolver a situação dos grevistas e terminou esclarecendo que o ministro garantiu não ter fechado a porta do elevador diante dos dois parlamentares.

Benedita elogia a Globo por incluir legenda a deficientes

A senadora Benedita da Silva (PT-RJ) elogiou o pioneirismo da Rede Globo de TV ao incluir na sua programação a legenda codificada destinada aos portadores de deficiência auditiva. Autora de projeto de lei sobre o assunto, a senadora afirmou que o Brasil será o primeiro entre os países da América do Sul a possibilitar a milhares de pessoas surdas e com problemas auditivos "o acesso à comunicação,

à informação, à diversão e a uma compreensão do nosso país e do mundo".

Benedita ressaltou que a legenda codificada na tela da televisão não favorece apenas a um grupo pequeno de deficientes. Na sua opinião, os semi-analfabetos terão seu vocabulário enriquecido, assim como os imigrantes serão auxiliados no aprendizado da língua portuguesa. A senadora também encaminhou requerimento à mesa do

Senado solicitando a inclusão da legenda codificada na programação da TV Senado.



Benedita: pioneirismo da Globo

Amorim: 1 milhão pede volta de Collor

O movimento "Desperta Brasil" entregou ao presidente da Câmara dos Deputados documento com mais de 1 milhão de assinaturas para um projeto de lei de iniciativa popular devolvendo a Collor os seus direitos políticos, informou



Amorim: voz do povo

ontem o senador Ermendes Amorim (PPB-RO).

Na opinião do senador, a obtenção dessas assinaturas é também uma manifestação de insatisfação das ruas com o alijamento de Collor da vida pública.

TV SENADO HOJE

24 horas no ar

- 7h - Entrevista com o senador Lauro Campos (PT-DF) sobre a política econômica adotada no país. (reapresentação)
- 8h - Debate entre o senador Ramez Tebet (PMDB-MS) e o deputado Marcelo Deda (PT-SE) sobre a necessidade de mudanças nas CCJs do Senado e da Câmara (reapresentação)
- 9h - Sessão plenária (ao vivo)
- Em seguida - Audiência pública da Comissão Mista de Orçamento em Belo Horizonte (pré-gravada)
- 15h - Sessão plenária (reapresentação)
- 19h30 - "Sete Dias na Política" com a participação do jornalista Hermanno Alves e do senador Osmar Dias (PSDB-PR), que fala sobre a política de reforma agrária (gravado)
- 20h30 - "Congresso Hoje"
- 21h30 - "Fala Cidadão" - respostas às questões formuladas pelos usuários do 0800. Entre os assuntos, a reformulação do Código Penal. (gravado)
- 0h30 - Resumo da Semana (reapresentação)
- 1h - Debate sobre "Mudanças nas CCJs do Congresso" (reapresentação)
- 2h30 - Sessão plenária (reapresentação)
- 6h30 - "Fala Cidadão" (reapresentação)

Destaque da programação do fim de semana:

Sábado e domingo

- 14h - Reapresentação da sessão plenária do dia 17, quando foi aprovada a Lei Eleitoral
- Domingo
- 10h - Reapresentação da audiência pública do dia 18 com os procuradores italianos responsáveis pela Operação Mãos Limpas

RÁDIO SENADO HOJE

24 horas no ar

- 7h30 - "Jornal do Senado" (1ª edição)
- 9h - Sessão plenária (ao vivo)
- 13h30 - "Jornal do Senado" (2ª edição)
- 19h - "A Voz do Brasil"
- 22h30 - "Jornal do Senado" (3ª edição)
- 24h - Retransmissão da sessão plenária
- Sábado
- 8h - Resenha da Semana (plenário)
- 10h - Resenha da Semana (plenário)
- 11h - Programa "A Música Erudita e seus Mestres"
- 15h - Resenha da Semana (comissões/presidência)
- 16h - Programa "A Boa Música do Brasil"
- 20h - Especial do mês de setembro, com Alceu Valença
- 22h - Programa "Século XX"
- Domingo
- 08h - Resenha da Semana (plenário)
- 10h - Resenha da Semana (comissões/presidência)
- 11h - Programa "A Música Erudita e seus Mestres" (reprise)
- 15h - Resenha da Semana (plenário)
- 16h - Resenha da Semana (plenário)
- 17h - Programa "Século XX" (reprise)
- 22h - Programa "A Boa Música do Brasil" (reprise)

Nota: Nos intervalos da programação, o melhor da música popular brasileira e notas informativas

SISTEMA RADIOSAT DIGITAL: a programação da Rádio Senado FM já está no Satélite B2 da Embratel. A frequência de recepção local é 1.465,600 Mhz em Bandal.

Ministro Homero Santos entrega a Ney Suassuna relatório de auditorias realizadas em 96 obras consideradas prioritárias

TCU aponta 49 obras com indícios de irregularidade

O senador Ney Suassuna (PMDB-PB), presidente da Comissão Mista de Orçamento, e o relator-geral da proposta orçamentária para 1998, deputado Aracely de Paula (PFL-MG), receberam ontem de manhã o relatório geral de auditorias realizadas pelo Tribunal de Contas da União (TCU) em 96 obras constantes do Orçamento de 1997 como prioritárias. Foram detectados indícios de irregularidades em 49 dessas obras.

O documento foi entregue pessoalmente pelo presidente do TCU, ministro Homero Santos, que compareceu à comissão acompanhado pelo ministro Humberto Souto, o secretário-geral de Contas Externas, José Rangel, e o secretário de Auditoria, Cláudio Castelo Branco.

Em anexo sintetizando o conjunto do relatório, o tribunal apresenta um resumo da fiscalização em cada uma das 96 obras orçadas em 1997 e uma listagem do total de processos em andamento no TCU referentes a obras constantes do Orçamento de 1997 e de exercícios anteriores.

Conforme ressaltou o senador Ney Suassuna, o relatório atende ao artigo 69 da



Suassuna é cumprimentado por Homero na entrega do relatório

LDO, cujos dois incisos estabelecem que o TCU enviará à comissão, até 30 de setembro, "relação das obras em execução com recursos oriundos dos orçamentos fiscal e da seguridade social da União, nas quais tenham sido identificados indícios de irregularidades em sua gestão".

As obras podem ou não constar do Orçamento para 1998, sendo que o relatório abrangerá se as obras foram de fato iniciadas, se estão paralisadas ou em andamento; o ritmo do andamento; avaliação da possibilidade de usar as etapas já concluídas; valores orçados, empenhados e liquidados no Orçamento de 1997; apreciação sobre a viabilidade

de uma obra ser concluída e valor estimado para a conclusão.

- Pela primeira vez, a comissão recebeu o relatório antes do prazo final estabelecido pela LDO e, também pela primeira vez, o TCU realizou visitas *in loco*, num esforço de valor inestimável para o desenvolvimento dos trabalhos da comissão - frisou Suassuna.

Para Aracely de Paula, o documento é detalhado o suficiente para balizar sua avaliação da proposta do Executivo e das emendas a serem apresentadas pelos parlamentares entre 2 e 16 de outubro, segundo o cronograma de tramitação do projeto de Orçamento.

para sua execução ou os liberou em volume muito inferior ao orçado.

Na avaliação do TCU, 50 obras estão tendo um andamento normal, enquanto 18 avançam lentamente.

Ainda conforme a auditoria do TCU, 82 das 96 obras podem ter sua conclusão viabilizada, desde que os recursos para tal sejam efetivamente alocados. Quanto às 14 restantes, o TCU registrou a falta de qualquer parâmetro de avaliação.

Entre os indícios de irregu-

laridades detectados em 49 obras orçadas em 1997, o TCU constatou acréscimos de serviços e fornecimento de equipamentos em percentual superior ao limite legal de 25%; modificações significativas nos serviços de engenharia inicialmente previstos; pagamento de serviços não executados; apropriação irregular de recursos federais; realização de licitações com projetos básicos incompletos; subcontratações de obras, entre outros indícios de irregularidades detectados pelo TCU.

Para Coutinho, Real esgotou benefício social

Ao analisar ontem relatório das Nações Unidas de 1997 e indicadores, construídos com base em dados coletados em 1994, que colocam o Brasil em 68º lugar num ranking de 175 países, Coutinho Jorge (PSDB-PA) registrou que o Plano Real teve evidente impacto positivo nas condições de vida da população, mas chegou a seu limite.

- O relatório mostra que não há correlação automática entre crescimento econômico e o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), de modo que o Brasil precisa de uma gestão política inteligente, que molde a estrutura e a qualidade do crescimento através de políticas corretivas e compensatórias - avaliou o senador.

Coutinho salientou que essa é também a conclusão de estudo recente do FMI, segun-



Coutinho: políticas corretivas

do o qual o Plano Real colaborou para significativa redução da pobreza no país, mas não registrará melhorias substanciais nas condições de vida de sua população sem mudanças na política educacional e na distribuição de terras.

O senador também registrou que o ministro Pedro Malan reconheceu, na 31ª Convenção Nacional dos Supermercados, que o efeito positivo da estabilidade monetária sobre a renda dos mais pobres está esgotado.

Josaphat afirma que FEF agora é ilegal

O senador Josaphat Marinho (PFL-BA) afirmou ontem que, esgotado o prazo de vigência do Fundo de Estabilização Fiscal (FEF), no dia 1º de julho, "cessou a legalidade dos descontos efetuados pelo governo sob o título de Fundo de Estabilização Fiscal".

De acordo com o senador, o governo não pode mais reter nenhum valor do montante destinado aos estados e aos municí-



Josaphat: fora da

pios. - Esgotado o prazo não há o que prorrogar. É de elementar noção em Direito que não se prorroga o que já se extinguiu. Conseqüentemente, de 1º de julho para cá, os descontos ou as retenções que o governo federal realizou

ou esteja realizando devem ser, no devido tempo, restituídos aos estados e municípios - afirmou.

Suassuna quer proteção, mas sem paternalismo

O senador Ney Suassuna (PMDB-PB) pediu ontem que o governo aja com urgência na fixação de uma política industrial capaz de dar suporte às empresas nacionais no contexto de transformações e competitividade vivido pelo mundo. Ele ressaltou não estar advogando proteção nem paternalismo para a indústria nacional.

- Reitero apenas que a integração da economia brasileira com o capital multinacional deve ser feita com cautela, com o indispensável controle, e não uma proibição, da entrada de capitais - disse.

Suassuna defendeu a execução de um projeto estratégico de desenvolvimento.

Só 50, entre 96, têm andamento normal

Apenas duas das 96 obras fiscalizadas *in loco* pelo Tribunal de Contas da União foram concluídas, sendo que tramita processo naquela corte em relação a uma delas, referente à construção do trecho São João del Rey/Morro do Ferro da BR-494 (MG).

Treze obras não foram sequer iniciadas e outras 13, depois de iniciadas, encontram-se paralisadas. Em ambos os casos, as obras foram autorizadas nos orçamentos fiscal e da seguridade social, mas o Executivo não alocou recur-